Gestão da dívida ativa faz TJ-RJ reduzir 2,1 milhões de execuções

tiça Rio de Janeiro 2021. A publicação está disponível a Livraria ConJur, em sua versão impressa.

Mesmo em um cenário epidêmico totalmente adverso, o primeiro grau da Justiça estadual do Rio de Janeiro conseguiu reduzir o seu acervo total em 2,1 milhões de processos. Antes da crise desencadeada pelo coronavírus, em dezembro de 2019, a Justiça fluminense de primeiro grau contava 9,5 milhões de processos pendentes. O número foi reduzido para 7,4 milhões em junho de 2021, em apenas um ano e meio de intervalo. Somente em 2020 foram quase 2 milhões de casos julgados e mais 885 mil até o meio de 2021.

Essa grande redução do acervo foi alcançada graças à implantação do projeto Modelo de Gestão de Dívida Ativa, que já proporcionou a redução de 2,4 milhões de processos. A iniciativa foi também responsável pelo arquivamento de 3 milhões de processos de dívida ativa em 2019 e 2020, metade das ações arquivadas no biênio anterior. De dezembro de 2019 a outubro de 2020, os municípios do Rio de Janeiro arrecadaram R$ 92 milhões por intermédio dos processos de execução fiscal, um aumento de 7,3%, ou R$ 6.275.506,17, em relação aos anos de 2017 e 2018.

À frente da Coordenação Judiciária de Articulação das Varas com Competência em Dívida Ativa (Codat), a desembargadora **Flávia Romano de Rezende** comemora o resultado. Reconhece que o número de execuções ainda é alto, mas entende que o TJ-RJ está no caminho certo. Hoje, os processos da dívida ativa representam 51% (3,8 milhões) de todos os processos do tribunal – volume significativamente inferior aos 61,7% (6,4 milhões) registrados em 2015.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

ESTRUTURA EM 2021

	CAPITAL	LITORAL E INTERIOR	TOTAL
Juízes	334	328	662
Núcleos Regionais	3	11	14
Comarcas	1	80	81
Varas	280	306	586
Fóruns	11	86	97
Juizados Especiais	43	52	95
Turmas Recursais	9	–	9
Servidores	5.264	6.382	11.646

Fonte: TJ-RJ em 14/9/2021

O tribunal buscou convênios com o governo do estado e as prefeituras, e vem dando apoio aos juízes responsáveis pelas execuções fiscais desde a gestão de **Milton Fernandes**, quatro anos atrás. A Codat conta com 24 juízes gestores de diversas comarcas, grupo que busca trocar boas práticas e ajudar os demais magistrados com essa atribuição de julgamento. A digitalização do acervo, a assinatura de convênios de cooperação técnica com prefeituras, a Procuradoria-Geral do Estado, o Serasa e o Registro Geral de Imóveis (RGI), a utilização da ferramenta e-carta dos Correios, que permite a citação dos executados de forma automatizada, e a realização de mutirões como os do Programa Concilia foram instrumentos que se somaram ao trabalho dos juízes. Outro projeto agora prevê o uso de inteligência artificial para o encadeamento automático das etapas do processo de execução fiscal.

Segundo balanço do tribunal, do dia 16 de março de 2020, quando teve início o Regime Diferenciado de Atendimento de Urgência (RDAU) até o dia 17 de outubro de 2021, o TJ-RJ havia somado 3.693.649 sentenças, 3.841.216 decisões, 10.572.917 despachos e 126.275.801 atos cumpridos por servidores. Uma produção que, se somada, passa de 144 milhões de movimentações. “O Poder Judiciário fluminense não parou em razão da epidemia. Ao contrário, acelerou”, confirma o corregedor-geral da Justiça, desembargador **Ricardo Rodrigues Cardozo**, que assumiu a função junto com a nova direção em fevereiro de 2021. Para ele, essa forma de trabalho remoto é uma via sem volta.

Cardozo propôs uma gestão aberta ao diálogo com juízes e servidores; quer resolver problemas e não simplesmente buscar punição. “Ao assumir, trouxe comigo a certeza de que não desejava uma Corregedoria com viés punitivo”, comenta. Assim como o presidente do tribunal, Henrique Figueiras, é entusiasta da tecnologia e defende a ideia de que se façam ajustes a partir desse novo aprendizado com a epidemia, para que servidores e juízes possam tanto trabalhar presencialmente como de suas casas, já que “o importante é que estejam trabalhando bem, não importa onde”.

“Ninguém está pregando a ausência da atividade presencial, até porque o homem, enquanto ser social, sente necessidade de conviver e se relacionar, e isso é bom. Mas podemos ter uma situação híbrida”, diz o corregedor-geral.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

MOVIMENTO PROCESSUAL

PROCESSOS	2019			2020			2021		
	VARAS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL	VARAS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL	VARAS	JUIZADOS ESPECIAIS	TOTAL
Distribuídos	1.058.012	575.040	1.633.052	792.577	411.424	1.204.001	344.076	223.802	567.878
Julgados	1.641.181	638.982	2.280.163	1.553.289	433.945	1.987.234	661.935	224.006	885.941
Em tramitação	9.106.020	446.657	9.552.677	7.493.739	444.894	7.938.633	6.971.459	465.130	7.436.589
Sobrestados	1.011.430	18.854	1.030.284	1.206.363	18.857	1.225.220	1.213.917	19.364	1.233.281

Situação em 31/12 e em 30/6/2021. Fonte: TJ-RJ em 13/9/2021

Clique aqui para ampliar a imagem

Os números confirmam que a produtividade do tribunal está muito boa. De acordo com o relatório *Justiça em Números 2021*, do Conselho Nacional de Justiça, pelo 12º ano consecutivo o Tribunal de Justiça do Rio é o mais produtivo entre os cinco maiores tribunais estaduais do país. Mesmo na epidemia, o Judiciário fluminense atingiu 100% de produtividade em 2020, ao lado do TJ do Paraná. A produtividade dos magistrados do TJ-RJ alcançou 3.724 casos baixados, contra 1.738 do Judiciário paulista, por exemplo. O índice do Judiciário fluminense é mais do que o dobro da média nacional (1.672 casos).

Os servidores do TJ-RJ também tiveram destaque em seus resultados. Na primeira instância, o índice foi de 226 casos baixados, quase o dobro da média dos tribunais estaduais (114 casos). A carga de trabalho dos juízes fluminenses também se destaca. Foram 17.245 casos só em 2020, contra 11.035 dos juízes do TJ-SP. A média nacional ficou em 7.549. Para os serventuários do TJ-RJ, a situação não foi diferente: um total de 1.070 casos na 1ª instância, quase o dobro da média dos tribunais estaduais (623).

Nas varas, tanto em 2020 como em 2021, a cobrança de tributos foi o assunto campeão entre os casos mais julgados. A execução fiscal é um problema crônico do Judiciário, mas o TJ-RJ apresentou a menor taxa de congestionamento em 2020 entre os tribunais estaduais de grande porte, de acordo com o CNJ. O índice é de 74%: de cada 100 processos, 26 são baixados no ano. No TJ-SP, o congestionamento chega a 96%.

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

TEMAS MAIS JULGADOS NAS VARAS

ASSUNTO	Jan-Dez 2020	CASOS	Jan-Jun 2021	CASOS
Cobrança da dívida ativa	1º	870.405	1º	360.738
Fixação de alimentos	3º	39.424	2º	20.947
Dissolução de casamento	5º	27.374	3º	15.410
IPTU	2º	89.084	4º	14.198
Indenização por dano moral	4º	29.437	5º	14.138
Inventário e partilha	8º	18.376	6º	9.476
Indenização por dano moral (consumidor)	6º	26.339	7º	8.803
Alienação fiduciária	10º	16.218	8º	8.559
Lesão corporal de violência doméstica	9º	17.084	9º	8.247
Antecipação de tutela e/ou obrigação de fazer ou não fazer	-	–	10º	8.090
Cobrança indevida e repetição de indébito (consumidor)	7º	18.389	-	–

TEMAS MAIS JULGADOS NOS JUIZADOS

ASSUNTO	Jan-Dez 2020	CASOS	Jan-Jun 2021	CASOS
Indenização por dano moral	1º	135.764	1º	50.179
Dano material (consumidor)	2º	45.342	2º	18.306
Antecipação de tutela e/ou obrigação de fazer ou não fazer	3º	35.112	3º	14.347
Indenização por dano material	5º	26.212	4º	12.242
Cobrança indevida e repetição de indébito (consumidor)	4º	32.515	5º	9.854
Indenização por inclusão indevida em cadastro de inadimplentes	6º	21.097	6º	8.104
Rescisão do contrato e/ou devolução do dinheiro (responsabilidade do fornecedor)	8º	18.647	7º	7.990
Declaração de inexistência de débito ou da relação jurídica	7º	18.751	8º	6.766
Substituição, reparação, entrega ou montagem do produto	9º	12.539	9º	4.866
Cláusulas contratuais abusivas (consumidor)	-	–	10º	3.993
Indenização por dano moral (consumidor)	10º	10.093	-	–

Situação em 31/12/2020 e em 30/6/2021. Fonte: TJ-RJ em 13/9/2021

Clique aqui para ampliar a imagem

A Corregedoria está lançando um projeto chamado Bússola, que identificará varas e juízos que estão com algum tipo de problema. Identificado o gargalo, a Corregedoria orientará o juiz e o responsável pela serventia sobre o que fazer, oferecendo planejamento e recursos para a resolução do problema. Haverá um prazo para a obtenção do resultado esperado. Só após o prazo estipulado, se for verificado que não houve progresso, é que as responsabilidades funcionais serão apuradas. “A Corregedoria deixa o papel

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

de cobrador e se posta ao lado do magistrado e do servidor, orientando-os, tal qual uma bússola, para um destino do qual se extraia a solução pela autogestão e eficiência do trabalho", explica Cardozo.

Atento aos novos rumos da Justiça – uma Justiça cada vez mais digital –, o corregedor fará alterações normativas tanto para a área judicial, como a extrajudicial. "Em breve virão os novos estatutos. Temos que adaptá-los aos novos tempos, afastando obstáculos e burocracia desnecessária", diz. Ele conta também que está em implantação uma política de equalização na área de lotação dos servidores, para que haja uma distribuição mais equilibrada. Além disso, Cardozo quer implementar um programa de *compliance* no tribunal – o primeiro Código de Ética destinado aos servidores da Corregedoria está em andamento.

As correições não foram prejudicadas, garante o corregedor. Segundo ele, não há dificuldades, pois hoje os processos estão quase todos digitalizados (até julho de 2021, 22%, ou 1.526.032, do acervo em trâmite; o tribunal deve encerrar a digitalização até o fim de 2022). Como todos os movimentos cartorários ficam registrados, a Corregedoria acompanha tudo praticamente em tempo real. "Ao final da nossa gestão, todos os juízos do estado estarão fiscalizados, exatamente porque podemos fazê-lo à distância. Apenas excepcionalmente estaremos presencialmente", explica.

Para se ter ideia, entre fevereiro e julho de 2021, a Diretoria-Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial, da Corregedoria-Geral, fez inspeções em 157 serventias judiciais, sendo que em 80% o resultado verificado foi positivo, com redução de indicadores. De janeiro a junho de 2021, foram 109 fiscalizações em 49 serventias notariais e registrais.

Ao comentar sobre quais varas se encontram em estado de atenção e precisam de acompanhamento, Cardozo diz que algumas varas de violência doméstica estão sobrecarregadas, assim como varas cíveis da Baixada Fluminense e das regionais. Mas tudo está sendo visto pela Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais, comissão da Presidência do tribunal que acompanha todo esse movimento e sugere alterações, a qual já teve oportunidade de conduzir.

Em sua visão, não há necessidade de criação de novas varas no estado, "até porque o Rio de Janeiro vive uma situação peculiar de recuperação econômica diante da grave crise financeira que o assolou, notoriamente conhecida. Portanto, temos que ter prudência nessas proposições". Para o corregedor Ricardo Rodrigues Cardozo, é possível agir de outra forma, equalizando o serviço, sendo uma questão de reorganização.

A última vara criada pelo tribunal foi em dezembro de 2020. O então presidente do tribunal, desembargador **Claudio de Mello Tavares**, inaugurou a Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas na Capital. Ao ser criada, a vara, que é totalmente eletrônica e está integrada ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado, já contava com um acervo de quase dez mil processos.

ANUÁRIO DA JUSTIÇA RIO DE JANEIRO 2021
ISSN: 2178346-2
Edição: 2021
Número de Páginas: 164

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.

Editora: Consultor Jurídico
Versão impressa: R$ 40, exclusivamente na Livraria ConJur
Versão digital: acesse gratuitamente pelo site anuario.conjur.com.br e pelo app Anuário da Justiça

Veja quem apoiou esta edição do Anuário da Justiça Rio de Janeiro
Arruda Dias Lemos Advogados Associados
Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia
Basilio Advogados
Dannemann Siemsen Advogados
Décio Freire Advogados
Fontes Tarso Ribeiro Advogados Associados
Fux Advogados
IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros
Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados
JBS S.A.
Luiz Antonio Alves Corrêa – Advogados
Machado Meyer Advogados
Moraes Pitombo Advogados
Nunes Ferreira, Vianna Araújo, Cramer, Duarte Advogados
Original 123 Assessoria de Imprensa
Paulo Lins e Silva Advogados
Pinheiro Neto Advogados
Refit
Sergio Bermudes Advogados
Técio Lins e Silva, Ilídio Moura & Advogados Associados

Date Created
06/12/2021

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.